DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v2i2.50

AS PRÁTICAS COLABORATIVAS DO ENCONTRO INTERNACIONAL EQUIGOV NA ESCOLA DO PARLAMENTO CATARINENSE

THE COLLABORATIVE PRACTICES OF THE EQUIGOV INTERNATIONAL MEETING AT THE SANTA CATARINA SCHOOL OF PARLIAMENT

Laura Josani Andrade Correa[1]
***F**rancini Rensi Schmitz*[2]
Jonatã Carriel Barroso[3]
Jefferson Osiel Lucinda[4]

RESUMO:
O presente trabalho evidencia o Encontro Internacional Equigov: equidade nos serviços públicos por meio de governos e parlamentos. 1) Contexto: o evento foi realizado a partir de uma perspectiva inter/multidisciplinar envolvendo inovação, educação legislativa, representatividade política, gestão pública, diversidade, inclusão e, principalmente, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável ODS 04, da Organização das Nações Unidas (ONU): Educação de qualidade: assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Tendo em vista essa amplitude conceitual, o propósito do evento foi debater a equidade nos poderes legislativo, executivo e judiciário nos âmbitos municipal, estadual e federal. O evento teve como objetivo promover a troca de experiências de como os serviços públicos e a representação sociopolítica são desenhados para promover a equidade e a inclusão em contextos desiguais. Outro ponto trazido para reflexão foi como se dá a equidade nos serviços públicos por meio de governos e parlamentos abertos. 2) Métodos: apresentamos um relato de experiência sobre a produção e a realização do encontro Equigov. 3) Resultados: o evento foi um dos resultados da parceria interinstitucional, realizada no âmbito do estado de Santa Catarina, primeiramente no projeto de pesquisa aplicada Parlamento Aberto. O Equigov promoveu a reunião, o debate, a reflexão e o compartilhamento de aprendizados, experiências e boas práticas entre gestores, pesquisadores, das mais variadas áreas do conhecimento e servidores de vários países como Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, México e Indonésia sobre as possibilidades equitativas em contexto internacional, inovador, participativo e colaborativo.

[1] Doutora em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestre Multidisciplinar em Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Especialista em Gestão Escolar pelo Centro Universitário SENAC, Bacharel em Comunicação pela UFMT e Tecnóloga em Gestão Pública pela Unisul. Servidora efetiva da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), lotada na equipe Multidisciplinar da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, atuando como Gestora do Núcleo de Pesquisa e Produção do Conhecimento. Orcid: orcid.org/0000-0003-2034-5711. E-mail: pesquisaescolaalesc@gmail.com.

[2] Graduada e Mestra em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atua como Administradora/Assessora na Diretoria da Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira/ALESC. Servidora efetiva na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), atualmente está à disposição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC). Orcid: orcid.org/0009-0007-8424-5126. E-mail: francini.alesc@gmail.com.

[3] Mestrando em Estudos da Tradução na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Cursando Especialização em Educação de surdos em abordagem bilíngue, com ênfase em tradução e interpretação educacional na Universidade Federal de São Carlos (UFScar). Especialista em: TILS/ Tradução e Interpretação da Língua Brasileira de Sinais na Faculdade Ibra de Tecnologia (FITEC). Orcid: https://orcid.org/0009-0008-4269-2216. E-mail: j-carrielb@hotmail.com.

[4] Tradutor e Intérprete de Libras na Escola Legislativa do Estado de Santa Catarina; Mestrando em Linguística das Línguas de Sinais pelo PPGL/UFSC; Pós-graduado na Especialização Lato Sensu em Libras - Tradução e Interpretação da Língua Brasileira de Sinais. Orcid: orcid.org/0009-0007-9783-2389. E-mail: jefferson.lucinda@gmail.com.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v2i2.50

Palavras-chave: inovação; equidade; educação legislativa; política; gestão pública.

ABSTRACT:
This paper highlights the International Meeting EQUIGOV: Equity in Public Services through Governments and Parliaments. 1) Context: The event was held from an inter/multidisciplinary perspective involving innovation, legislative education, political representation, public management, diversity, inclusion, and, above all, the United Nations Sustainable Development Goal (SDG) 4: Quality Education — ensuring inclusive, equitable, and quality education and promoting lifelong learning opportunities for all. Given this broad conceptual scope, the purpose of the event was to discuss equity across the legislative, executive, and judicial branches at the municipal, state, and federal levels. Its main objective was to promote the exchange of experiences regarding how public services and sociopolitical representation are designed to foster equity and inclusion in unequal contexts. Another key discussion point was how equity in public services is pursued through open governments and parliaments. 2) Methods: This study presents an experience report on the planning and execution of the EQUIGOV meeting. 3) Results: The event resulted from an interinstitutional partnership developed in the state of Santa Catarina, initially within the scope of the applied research project Open Parliament. EQUIGOV enabled the gathering, debate, reflection, and sharing of knowledge, experiences, and best practices among managers, researchers from diverse fields, and public servants from countries such as Brazil, Chile, Colombia, Spain, Mexico, and Indonesia, discussing equitable possibilities in an international, innovative, participatory, and collaborative context.

Keywords: Innovation; Equity; Legislative Education; Politics; Public Management.

INTRODUÇÃO

O Encontro Internacional EquiGov - Equidade nos serviços públicos por meio de governos e parlamentos abertos, apresentou como principal objetivo promover uma troca de experiências de como os serviços públicos e a representação sociopolítica poderiam contribuir para promover a equidade e a inclusão em contextos desiguais.

Cabe ressaltar que fazemos este registro a partir das perspectivas da educação legislativa realizadas na Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira (1) que guiam as atividades pedagógicas dos autores (2), do Parlamento catarinense, em especial, nas iniciativas do Núcleo de Pesquisa e Produção do Conhecimento (NPPC). A Escola do Legislativo é integrante da estrutura organizacional da ALESC como uma Diretoria pedagógica, instituída pela Resolução Nº 72/2000, criada para capacitar os servidores do Parlamento catarinense. A tarefa da Escola foi ampliada com o passar do tempo, assim, passamos a promover eventos educacionais diversificados, como seminários propostos pelas comissões parlamentares, formações políticas para crianças, jovens e adultos, cursos de qualificação para parlamentares e assessores legislativos. A Escola do Legislativo se caracteriza por sua atuação multidisciplinar. O grupo de colaboradores é composto por

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v2i2.50

pedagogos, comunicadores, educadores licenciados, assistentes sociais, administradores e advogados. Além dos eventos formativos e informativos, outra atividade é a pesquisa e a produção de conhecimento, desenvolvida no NPPC, uma vez que os servidores da Escola, além da graduação, têm formação em especialização, mestrado e doutorado. Desse modo, realizamos a divulgação científica sobre o Parlamento catarinense, também multidisciplinar, conectando educação, política, história, literatura, comunicação, administração pública, direito e áreas correlatas. Esta diretoria visa contribuir para as práticas de aprendizagem e compartilhamento de estudos e pesquisas participando ativamente de eventos científicos e publicações. Afinal, a missão da Escola do Legislativo é ofertar formação cidadã, uma vez que a educação legislativa pode promover o aprendizado e as reflexões para o exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia.

Após essa contextualização sobre os parâmetros para a elaboração deste ensaio, destacamos que além de divulgar os resultados que vêm sendo obtidos em pesquisas e experiências relacionadas ao tema da equidade no setor público, em diferentes países, o EquiGov pretendeu aprofundar o debate sobre esses resultados, construindo de forma colaborativa novas perspectivas para os estudos e práticas na administração pública, sob a ótica da diminuição das desigualdades e das disparidades visando transformação social, superação dos desafios e inclusão.

Todo o debate sobre a equidade foi realizado de modo inter/multidisciplinar, trazendo conexões com princípios do accountability (Schommer & Quiñonez, 2024), totalmente relacionado com a política, com as noções de estados abertos (compreendendo legislativo, executivo e judiciário) e transparência, e também, da inovação (Bruno-Faria e Fonseca, 2014; Tidd, J. e Bessant, J., 2015; Cavalcante e Cunha, 2017) pensada como o esforço pela evolução na execução das tarefas da organização, neste caso específico nas instituições públicas. Outro tema evidente na discussão do evento foi o ODS 04 da educação de qualidade, um compromisso mundial destacado pela Associação Brasileira das Escolas de Legislativos e de Contas (Abel) (3).

Entre as investigações científicas que foram levadas ao Encontro, destacam-se dois projetos que guardam relação entre si. São eles: I) Coprodução do conhecimento em governo aberto e transparência: construção de metodologia com os poderes legislativos catarinenses (4), realizado em parceria entre o grupo de pesquisa Politeia, da Udesc Esag; a Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina; a organização da sociedade civil Act4Delivery; e a Controladoria-Geral do Estado

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v2i2.50

de Santa Catarina; e II) Accountability, equidade em serviços públicos, governança colaborativa e governo aberto: um estudo em governos nacionais e locais no Brasil, Colômbia, Espanha e Indonésia (5), projeto em curso com apoio do CNPq e que conta com a colaboração de pesquisadores dos quatro países citados.

As pesquisas debatidas exploraram conexões entre conceitos e instrumentos de gestão pública, sob perspectiva inédita e comparada, uma vez que as práticas de governo aberto muitas vezes desconsideram iniquidades no acesso ao serviço público, mesmo em países muito desiguais, como Brasil, Colômbia e Indonésia. Durante o Encontro EquiGov, os pesquisadores compartilharam e difundiram suas investigações sobre equidade em processos de abertura de governos e parlamentos, especialmente no que tange à accountability.

Foram apresentadas experiências e práticas de como os serviços são desenhados para promover equidade em países e cidades desiguais, como os governos nacionais e locais desses países definem e gerenciam as iniquidades em seus serviços e territórios; além de proposituras sobre governança e accountability inclusivas. Justamente o contato com tais experiências e estudos levou os gestores públicos a considerarem a equidade e as especificidades dos cidadãos locais ao pensarem na interface de governos e de parlamentos, especialmente em países do sul global, que apresentam profundas desigualdades no acesso aos serviços públicos e na participação social. O Encontro ofertou debates, oficinas e compartilhamento de reflexões e práticas, com pesquisadores de variadas titulações, equipes dos projetos, comunidade acadêmica, além de instituições de governo e da sociedade civil.

O evento contou com apoio da Universidade de São Paulo, USP/Escola de Artes, Ciências e Humanidades, EACH; Fundação Getúlio Vargas, FGV/EAESP; Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina, FECAM; Controladoria-Geral do Estado – CGE; Instituto Federal de Santa Catarina, IFSC; A4D Marketing Digital; Universidad Carlos III de Madrid/Grupo de Investigación en Gobierno, Administración y Políticas Públicas; Universidad de los Andes, Centro Interdisciplinario de Estudios sobre Desarrollo, Cider; e School of Administration/ National Institute of Public Administration, NIPA.

O Equigov trouxe o diferencial da participação e da colaboração de instituições de diferentes vinculações com a administração pública propiciando uma especial preocupação com as competências e atribuições de cada entidade no que se refere às atividades possíveis para a promoção da equidade, observando as peculiaridades de cada ente.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v2i2.50

Agora que destacamos os colaboradores e apoiadores do evento, damos continuidade ao relato deixando o registro sobre o que entendemos por equidade. Trata-se de um conceito amplo. De modo geral, seria o esforço para garantir que todos os cidadãos tenham acesso aos serviços públicos, independente de suas diferenças individuais ou circunstâncias socioeconômicas. Isso implica que a distribuição dos recursos públicos, a representação sociopolítica e o acesso aos serviços públicos deve levar em consideração as características e necessidades específicas de pessoas e grupos, sobretudo os mais vulneráveis ou desfavorecidos, a fim de reduzir disparidades e promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

Para elaborar o relato de experiência sobre o Encontro Internacional Equigov utilizamos os métodos indutivo e descritivo de pesquisa científica, justamente apropriado para temas como a equidade e a justiça social que se encontram em constante atualização.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A elaboração deste relato de experiência tem em vista as iniciativas de educação legislativa do Parlamento catarinense. A tarefa das Escolas do Poder Legislativo é protagonista dos estudos de Guilherme Ribeiro e Rildo Cosson: "(...) as escolas do Legislativo têm essa grande responsabilidade de assumir a voz do Legislativo" (Ribeiro, Cosson, p. 37, 2022).

Como nossas ações de pesquisa decorrem da aproximação com os pesquisadores da Udesc e seus parceiros, Fazemos a fundamentação a partir dessas leituras interdisciplinares e multiculturais tendo em vista as relações internacionais estabelecidas no evento.

De acordo com Paula Schommer & Quiñonez (2024), o conceito de equidade, em sua dimensão social, é usado de forma intercambiável com igualdade, equidade e justiça (Azevedo, 2013; Cepiku & Mastrodacio, 2021; Miller, 2023). Nesse mesmo sentido, as teorias de justiça podem enfatizar redistribuição (socioeconômica), reconhecimento (identidade cultural e política) e/ou representação (em debates e decisões) (Fraser, 2010; Pineda, 2023). Além da literatura sobre justiça em ética, filosofia jurídica e política (Miller, 2023), geografia e ecologia (Lange et al., 2013) e desigualdade em economia (Ferreira, 2023), a equidade tem sido abordada na governança e administração pública (Cepiku & Mastrodacio, 2021), em áreas como saúde e educação (Ainscow, 2016; Lucchese, 2003; Pineda, 2023; Organização Mundial da Saúde [OMS], 2021).

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v2i2.50

No mesmo texto, os autores relacionam as noções de equidade e accountability, conceituando o segundo termo como um conceito "guarda-chuva", a accountability está relacionada à transparência, participação, equidade, eficiência, integridade, controlabilidade, imputabilidade, responsabilidade e responsividade (Bovens, 2007; Koppel, 2005). De acordo com Moncrieffe (2011), a accountability é moldada por relações de poder e, portanto, é essencialmente política. A abordagem institucional à accountability enfatiza o Estado de direito, o constitucionalismo, a separação de poderes, freios e contrapesos para controlar o poder do governo, códigos de conduta, responsabilidade subjetiva (Mulgan, 2000), eleições e outros mecanismos de sanção por meio dos quais os cidadãos premiam ou punem seus agentes de acordo com sua responsabilidade e responsividade, suas ações ou omissões. Os autores são ainda enfáticos ao conectar os entendimentos entre equidade, accountability e política:

> O poder político tende a se concentrar em contextos com altos níveis de desigualdade socioeconômica. Essa concentração desafia a administração pública em regimes democráticos a considerar as condições de vida de diferentes grupos populacionais e suas possibilidades de demandar accountability e acessar serviços públicos de forma equitativa (Schommer, & Quiñonez, 2024).

Para o recorte teórico do Equigov, principalmente por tratarmos de um evento internacional, e dos compromissos firmados com a Abel sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização (ODS) das Nações Unidas (6) (ONU), além do ODS 04: Educação de qualidade, também são relevantes os ODSs 05, 08, 09, 10 e ODS 18 como seguem. O ODS 05: Igualdade de Gênero para alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. ODS 08: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos. ODS 09: construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação. ODS 10: reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles. Já o ODS 18 é o objetivo da ONU, brasileiro, que trata da igualdade étnico-racial. O Brasil anunciou a adoção voluntária deste ODS em setembro de 2023. O ODS 18: combater o racismo estrutural, promover um desenvolvimento sustentável inclusivo, valorizar a arte e a cultura, defender os direitos dos povos originários e as comunidades tradicionais. Como os ODS têm profunda relação entre eles, mesmo que não tenhamos feito a citação direta ao objetivo, de alguma forma um objetivo está contido no outro de modo transversal (7).

Outra questão crucial que permeou toda a organização do evento foi a inclusão das pessoas com deficiência, dentre elas, as pessoas Surdas que seriam excluídas sem a interpretação em Libras. "A barreira linguística enfrentada pelas pessoas Surdas não se

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v2i2.50

restringe apenas à comunicação cotidiana, mas se estende ao acesso à educação, ao mercado de trabalho e aos serviços públicos, evidenciando a necessidade de políticas linguísticas inclusivas" (Perlin & Strobel, 2006, p. 42). Além do aporte teórico sobre a inclusão das pessoas com deficiência, trazemos também a legislação, tendo em vista o compromisso do poder público com a inclusão: Lei 7.853/1989 sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Lei 10.436/2002 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como a língua de comunicação e expressão da comunidade Surda brasileira, Decreto 5.626/2005 que regulamenta a Lei citada anteriormente e denomina a Libras como língua de instrução da pessoa Surda, Lei n.º 9.382/2017 sobre o exercício profissional e condições de trabalho do profissional tradutor, guia-intérprete e intérprete de Libras, Lei n.º 5.956/2005 sobre a obrigatoriedade da inserção do intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras), em todos os eventos públicos oficiais do Governo Federal.

METODOLOGIA

Apresentamos ao Congresso IDEA um relato de experiência sobre o Encontro Internacional Equigov, realizado em Florianópolis, Santa Catarina. Para realizar esse registro histórico e institucional na forma de relato experiência partimos para os métodos indutivo e descritivo. Situação acadêmica demandada por temas como a equidade que permanecem em constante atualização.

Além do relato de experiência, as ações envolvidas na realização do evento deixam margens para reflexões sobre as práticas de uma pesquisa aplicada. Como exemplo podemos citar as diferenças de cada instituição nos requisitos de planejamento, orçamento e execução de eventos, assim fomos aprendendo esses funcionamentos na medida das etapas da organização.

Outro destaque do evento foi o registro gradual de todo o aprendizado em relatórios internos e na publicação digital que está em elaboração pelos coordenadores da equipe interinstitucional encarregada da realização do Equigov.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Destacamos que conforme o planejamento, chegamos aos seguintes resultados: conseguimos organizar um evento que contou com uma programação diversificada e pautada pela equidade, diversidade, visibilidade de grupos excluídos e inclusão, conforme a programação que disponibilizamos abaixo:

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v2i2.50

ENCONTRO INTERNACIONAL EQUIGOV Programação: dia 29 de outubro de 2024 - Palácio Barriga Verde	
14h	Abertura com os Deputados Estaduais do Parlamento catarinense Paulinha e Marquito Conferência: A participação das mulheres na política Espanhola Deputada Paula Prado del Río, Galícia, Espanha Mediação: Marlene Fengler, Escola do Legislativo da Alesc
15h 16h	Mesa-redonda: Mulheres, Poder e Serviços Públicos: Experiências e Tendências em Diferentes Países, com três painelistas: Maria do Rocio Luz Santa Ritta, Carla Ayres, Paula Prado del Río e Nurliah Nurdin. Moderação: Professora Maria Letícia Barbosa Xavier (Udesc Esag)
16h 17h	Mesa-redonda: Diferentes aspectos e relações da equidade, inclusão e diversidade, com quatro painelistas: Karina Marcelino, Mariana Assis, Ana Blasi e Cibelly Farias
17h 20h	Equidade na prática: apresentação da chamada pública e dos casos selecionados

Além da programação da ALESC, o evento conjunto promoveu oficinas na UDESC, em ambas recebemos, em Florianópolis, gestores públicos, parlamentares e pesquisadores da Fundação Getulio Vargas, FGV de São Paulo e Universidade de São Paulo, USP, do National Institute of Public Administration - NIPA/Indonésia (STIA LAN Jakarta), do Cider/Uniandes, Centro Interdisciplinario de Estudios sobre Desarrollo, Universidad de los Andes, da Colômbia e do Gigapp e Universidad Carlos III, da Espanha, para apresentar e debater, em perspectiva comparada, dados, experiências e análises de estudos acadêmicos relativos a equidade em serviços públicos, accountability, governo aberto e parlamento aberto.

Contamos com a participação de mais de 100 gestores e agentes públicos, especialmente do estado de Santa Catarina, parlamentares e outros servidores em conferências e oficinas, em parceria com a Escola do Legislativo da Alesc e a Controladoria-Geral do Estado.

Conseguimos envolver mais de 150 estudantes de graduação e pesquisadores (professores e estudantes de pós-graduação) durante as conferências e oficinas.

Demos continuidade a ações anteriores de mesma temática e firmamos novos acordos de parceria para atividades internacionais de médio-longo prazo para dar continuidade ao intercâmbio de conhecimentos e experiências iniciado pelo projeto “Accountability, equidade em serviços públicos, governança colaborativa e governo aberto: um estudo em governos nacionais e locais no Brasil, Colômbia, Espanha e Indonésia”, envolvendo também o projeto

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v2i2.50

"Coprodução do conhecimento em governo aberto e transparência: construção de metodologia com os poderes legislativos catarinenses".

Alcançamos a ampliação da participação e da colaboração entre universidades, escolas de governo e escolas do legislativo em estados brasileiros e entre Brasil, Indonésia, Colômbia e Espanha.

Registramos e relatamos as principais experiências, práticas e conhecimentos com os resultados da coleta e tratamento dos dados e das informações pertinentes.

Por fim, estamos em processo da disponibilização de uma síntese dos resultados experimentais, sua interpretação, bem como as reflexões e considerações que podem ser realizadas em publicação digital que será disponibilizada na página do grupo de pesquisadores da Udesc/Esag.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do Encontro Internacional Equigov evidenciou a Escola do Legislativo como realizadora de eventos com outros países, para isso mantivemos e ampliamos as parcerias e as colaborações com outras instituições catarinenses como o grupo de Pesquisa Politeia da Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC/ESAG, a Controladoria Geral do Estado, CGE/SC e a Organização da Sociedade Civil Act 4 Delivery, A4D e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina, FAPESC. A reunião dessas entidades afirma o interesse comum nas melhorias do serviço público através de práticas de aprendizado aliadas à produção colaborativa de conhecimento.

Acima de tudo, o evento trouxe como aprendizado a possibilidade de acreditar que a equidade pode estar presente nas iniciativas cotidianas a partir das práticas organizacionais e também individuais. Como exemplo podemos citar: 1) observar sempre o quantitativo de palestrantes/conferencistas em relação a proporcionalidade de mulheres, negros, pessoas com deficiências, diversidades sexuais, localidades geográficas e demais contextos de representatividade. 2) prezar pela seleção de palestrantes que apresentem os temas pautados pela interseccionalidade, envolvendo os temas da representatividade das mulheres, das pessoas com deficiência, das questões étnico-raciais, daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômicas, em todas as situações educacionais e socioculturais. 3) evidenciar a equidade na realização do evento, da atividade. Por exemplo, trazendo a inclusão de participantes de outras nacionalidades com a tradução simultânea de línguas estrangeiras, a inclusão das pessoas Surdas com a presença de intérpretes/tradutores da Língua Brasileira de

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v2i2.50

Sinais (Libras), acessibilidade com rampas e elevadores para cadeirantes e pessoas com dificuldades para locomoção.

Destacamos este evento como uma abertura para novos horizontes, novas fronteiras nas quais as possibilidades de aprendizados e experiências conjuntas e multiculturais são um convite para pensar a inovação, a educação legislativa, a representatividade política, a gestão pública, a diversidade e a inclusão.

Por isso a relevância do Equigov ao reunir pesquisadores, professores, gestores públicos e interessados em aprimorar e fortalecer o uso de dados na gestão pública para a transparência e o acesso equitativo nas três esferas do poder público: legislativo, executivo e judiciário para pensarmos juntos em soluções para reduzir desigualdades e promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

Consideramos, por fim, que além de todos os elementos inovadores e os avanços rumo às ações equitativas no serviço público que apontamos, este momento de relato, registro e reflexão sobre o encontro Equigov é também como uma celebração das possibilidades e das realizações conjuntas, culminando no despertar para a esperança de novas ações transformadoras.

REFERÊNCIAS

ALESC. Assembleia Legislativa de Santa Catarina, 2023. **Primeiro fórum parlamentar da nova legislatura vai apoiar o Governo Aberto**. Agência Alesc, Florianópolis.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 9 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 9 mar. 2025.

BRASIL. Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Resolução nº 02/CNODS, de 20 de dezembro de 2023.** Institui a Câmara Temática para o Décimo Oitavo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável sobre Igualdade Étnico-Racial na Agenda 2030. [S. l.], 2023. Disponível em: https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/cnods/resolucoes/Resolucao2ODS18IgualdadeEtnicoRacial.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

BRELÀZ, G., CRANTSCHANINOV, T. I., & BELLIX, L., 2021. Open Government partnership in São Paulo city and the São Paulo Aberta programme: challenges in the difusion and institutionalization of a global policy. **Cadernos EBAPE.**Br, 19, 123-137.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v2i2.50

BRUNO-FARIA, M. F., FONSECA, M. V. A., 2014. **Cultura de inovação:** conceitos e modelos teóricos. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552014000400372&script=sci_arttext#B36. Acesso em: 03 fev. 2025.

CAVALCANTE, P.; CUNHA, B. Q., 2017. É preciso inovar no governo, mas por quê? In: **Inovação no Setor Público: teoria, tendências e casos no Brasil**. IPEA. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/171002_inovacao_no_setor_publico_capitulo_1.pdf. Acesso em: 10 mar. 2025.

CGE-SC, 2021. Controladoria-Geral do Estado de Santa Catarina. **1o Plano de Ação SC Governo Aberto.** OGP Local 2020-2021. Disponível em: 1-plano-governo-aberto.pdf (dados.sc.gov.br). Acesso em: 10 mar. 2025.

COSSON, Rildo. **Escolas do legislativo, escolas de democracia,** 2008. Câmara dos Deputados, Brasília.

FAGUNDES, A. L., SCHMITZ F. R., CORREA, L. J. A., DEPIZZOLATTI, A., 2025. **Relato de práticas em inovação,** Prêmio Abel, 2024/25, Parlamento aberto: inovação e colaboração nas Câmaras de vereadores catarinenses.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2013. **Biografia do Deputado Estadual Lício Mauro da Silveira.** 2022. Disponível em**:** http://www.alesc.sc.gov.br//legislacao-estadual. Acesso em: 10 mar. 2025.

OCDE. Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, 2022, Open Government Review of Brazil: **Towards an Integrated Open Government Agenda**, OECD Public Governance Reviews. OECD Publishing, Paris.

OGP. **Open Government Partnership,** 2017. About Open Government Partnership.

PAGANI, C., 2023. **Aprendizagem em accountability na administração pública:** uma perspectiva baseada nas práticas de controle sociopolítico em Santa Catarina. Tese (Doutorado em Administração). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

PERLIN, G.; STROBEL, K., 2006. **Fundamentos da educação de surdos.** UFSC, Florianópolis.

UDESC. **PRÊMIO DE BOAS PRÁTICAS EM GESTÃO PÚBLICA DE SANTA CATARINA**, 2021. Disponível em: https://www.udesc.br/esag/premio. Acesso em: 10 mar. 2025.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B., 2009. **Língua de sinais brasileira:** estudos lingüísticos. Artmed Editora, São Paulo.

RIBEIRO, Guilherme Wagner. RILDO, Cosson: Educação legislativa e letramento político, 2022. **Cadernos da Escola do Legislativo**-e-ISSN: 2595-4539, v. 24, n. 41, p. 13-31. Acesso em: 13 fev. de 2023.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v2i2.50

SCHOMMER, P. C., & QUIÑONEZ, A. H. 2024. Accountability, equidade em serviços públicos e governo aberto no Brasil e na Colômbia. **Revista De Administração Pública**, 58(5), e2024–0008. https://doi.org/10.1590/0034-761220240008. Acesso em: 10 mar. 2025.

SCHOMMER, P. C., RAUPP, F.M., SALM JR. J.F., GUERZOVICH, F. PEREIRA, R. S., & ARAÚJO, V.M., 2022. Abertura de dados em compras e contratações públicas como um processo tecnopolítico e ontológico. **Blog Gestão**, Política & Sociedade, Estadão.

TIDD, J.; BESSANT, J., 2015. **Gestão da Inovação**. 5ª ed. Bookman, Porto Alegre.

WENGER-TRAYNER, B., & WENGER-TRAYNER, E., 2021. **Systems Convening**: a crucial form of leadership for the 21st century. Social Learning Lab, Sesimbra.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional